

À Reunião de Câmara.
31/01/2017

O Presidente da Câmara Municipal


António Almor Branco

PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

VII RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PSF

dezembro 2016

A Câmara Municipal de Mirandela:

Apresentado em reunião de 06/02/2017

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal de Mirandela:

Apresentado em reunião de 17/02/2017

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.



Município de Mirandela

Índice

1. Introdução.....	3
2. O Empréstimo	4
3. Medidas do Plano de Saneamento Financeiro.....	4
3.1. Eficiência Organizacional.....	4
3.2. Economia, redução da despesa	9
3.3. Aumento da Receita.....	16
5. Endividamento	21
Conclusão	22

1. Introdução

O presente relatório foi elaborado nos termos do disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais, e tendo por referência o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) do Município de Mirandela.

O Relatório semestral reporta ao final do exercício de 2016 e visa o acompanhamento da execução do PSF, através da análise do impacto das medidas preconizadas nesse período. Sempre que possível será apresentada uma análise da evolução verificada desde o ano de 2012, pois apesar do PSF ter sido visado pelo Tribunal de Contas em março de 2013, o estudo que o sustenta foi elaborado no ano transato. Salienta-se que, atendendo que o período da elaboração do presente relatório coincide com os procedimentos de encerramento e prestação de contas relativa ao ano de 2016, remete-se a análise patrimonial, consubstanciada pelo balanço e demonstração de resultados, bem como dos fluxos de caixa e da dívida total, para o relatório que integra a Conta de Gerência de 2016.

O presente relatório deverá ser:

- **Enviado aos membros do Governo** responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, conforme estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março;
- **Remetido à Assembleia Municipal** para apreciação, nos termos do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais (LFL);
- **Enviado à Direção Geral das Autarquias Locais;**
- **Publicado no portal da Internet do Município**, após apreciação do Órgão Deliberativo, em cumprimento do artigo 49.º da LFL.

2. O Empréstimo

Do PSF visado pelo Tribunal de Contas em março de 2013, resultou a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo de 7.600.000 €, contratualizado com duas entidades bancárias, a Caixa Geral de Depósitos (CGD), no montante de 5.200.000 € e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCA), no valor de 2.400.000 €, salientando-se que a 31 de dezembro de 2016 a dívida destes empréstimos era de 4.120.896 € e de 1.900.682 €, respetivamente.

3. Medidas do Plano de Saneamento Financeiro

O PSF integra 24 medidas que visam a recuperação da sustentabilidade financeira do Município. As medidas agregam-se em três eixos de atuação: **eficiência organizacional** (medidas 1 a 7); **economia e redução da despesa** (medidas 8 a 15); **aumento da receita** (medidas 16 a 23) e, por último, a medida 24 inerente ao empréstimo de saneamento financeiro.

3.1. Eficiência Organizacional

3.1.1. Reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência e eficácia organizacional operando uma efetiva segregação de competências instrumentais e operativas.

Objetivo: Redução de duas Unidades Orgânicas dotadas durante o primeiro semestre de 2012.

No ano de 2012, a Câmara Municipal tinha na sua estrutura orgânica quatro unidades orgânicas nucleares (Departamentos), dez unidades orgânicas flexíveis (Divisões) e uma equipa multidisciplinar, encontrando-se providos naquela data os quatro departamentos e sete divisões.

Desde então e até final de 2016, a estrutura orgânica sofreu várias alterações de forma a possibilitar um ajustamento do desempenho municipal.

A 11 de janeiro de 2016, a Câmara Municipal aprovou o novo Regulamento Orgânico do Município de Mirandela, que prevê um modelo estrutural hierarquizado, com uma unidade orgânica nuclear, correspondendo a uma departamentalização fixa - Departamento de Coordenação Geral, bem como, um número máximo de quatro unidades orgânicas flexíveis de

direção intermédia de 2.º grau, de dez unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de 3.º grau e de seis subunidades orgânicas, sendo que as unidades orgânicas flexíveis de direção intermédia de 3.º grau eram as únicas que não se encontravam providas, o que ocorreu no mês de outubro, após análise do impacto financeiro inerente. De salientar que estes lugares correspondem às áreas funcionais criadas anteriormente, que estavam já a ser asseguradas por Técnicos Superiores e, por esse motivo, o acréscimo de despesa com estes lugares de dirigentes (15.262 €) não corresponde à totalidade da remuneração auferida, aliás existem casos em que não se verifica aumento de vencimento.

A tabela seguinte evidencia a diminuição de custos com os lugares dirigentes de diretor de departamento e chefia das divisões, verificando-se uma diminuição de 32.355 € relativamente ao ano de 2015, ano em que ocorreu a aposentação de um chefe de divisão e o término de uma comissão de serviço. De referir que esta poupança cobre a despesa com o provimento dos lugares de 3.º grau, sendo de referir que a eliminação dos cortes salariais promovida gradualmente durante o ano de 2016 teve implicações ao nível desta despesa, caso contrário a redução teria sido mais elevada.

Relativamente ao ano de 2012 a diminuição ascendeu a 182.890 €, conforme identificado na tabela seguinte:

	2012		2013		2014		2015		2016	
	Providos	Remunerações	Providos	Remunerações	Providos	Remunerações	Providos	Remunerações	Providos	Remunerações
Dirigentes	10	381.062,75 €	9	304.621,13 €	7	252.492,55 €	7	230.527,66 €	5	198.172,76 €

3.1.2. Reorganização do grupo municipal (por extinção ou cisão de entidades), reapreciação das participações financeiras.

Objetivos:

- Extinção dos Serviços Municipalizados de Água de Mirandela (SMAM) por fusão no Município. A fusão dos SMAM efetivou-se em 2012, sendo que a gestão do serviço de abastecimento de água passou para a Câmara Municipal;
- Redução do passivo da Agro Industrial do Nordeste (AIN), bem como a operacionalização da sustentabilidade da empresa. Conforme já referido no relatório anterior e atendendo ao

Relatório e Contas de 2015, esta entidade operou uma redução do seu passivo na ordem dos 135.000 €, terminando o ano com um resultado líquido positivo. À data de elaboração do presente relatório não estão ainda disponíveis os dados relativos a 2016, remetendo-se essa análise para o documento de acompanhamento do PSF que integra a Prestação de Contas de 2016 do Município;

- c) Exploração da atividade do Metropolitano Ligeiro de Mirandela (MLM) até à conclusão da barragem do Tua. Relativamente a esta matéria não se verificaram desenvolvimentos durante o semestre em análise.
- d) Extinção da Parceria Público-privada Mirandela XXI. Esta parceria foi extinta em abril de 2012.

3.1.3. Implementação, no biénio 2012/2013, das Funções Planeamento, Aprovisionamento (concentração da Função Compras numa unidade instrumental), auditoria interna e controlo de gestão.

▪ Objetivos:

- a) Criação de uma unidade instrumental para empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços. A estrutura orgânica em vigor contempla a unidade orgânica de 3.º grau de Compras e Aprovisionamento responsável por todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços, bem como pela organização e acompanhamento dos processos de empreitadas de obras públicas;
- b) Planeamento das intervenções por administração direta. A aplicação informática de Gestão de Atividades, implementada em janeiro de 2014, reforçou o planeamento e controlo de todas as obras por administração direta ao permitir o registo de todos os meios humanos e materiais usados em cada intervenção;
- c) Implementação da função de auditoria e controlo de gestão. A estrutura orgânica aprovada em 2013 criou o serviço de Sistema de Gestão da Qualidade que desde então faz o acompanhamento de todos os serviços, assim como auditorias internas, garantindo a eficiência dos procedimentos internos como forma de aumentar a satisfação de todos os munícipes.

3.1.4. Reforçar, no biénio 2012/2013, a simplificação de políticas e procedimentos, quer pela eliminação de redundâncias quer pela reavaliação dos mesmos, combatendo atuações burocráticas e circuitos de decisão complexos, reduzindo os custos de contexto internos e encurtando os prazos de resposta aos munícipes.

▪ Objetivos:

- a) Informatização de circuitos por processos;
- b) Processo de certificação da qualidade;
- c) Prestação de serviços numa ótica multicanal.

Esta medida encontra-se completamente implementada, sendo que a nível interno todos os processos estão informatizados através do sistema *sigmaflow*, possibilitando o controlo *just in time* de qualquer processo submetido por um munícipe. A certificação do Município abrange todos os serviços e as sucessivas auditorias externas têm resultado na manutenção da certificação e contribuído para uma melhoria constante. O Município dispõe de algumas plataformas informáticas nas suas vertentes de aplicação para dispositivos móveis e *web-browser* para prestação de serviços, permitindo também aos munícipes reportar ocorrências, reclamações e outras comunicações de forma rápida, fácil e eficiente. Para além disso, tem sido promovida a descentralização do atendimento aos munícipes através da criação de três Mini-GAM's em diferentes pontos do concelho, encontrando-se um em pleno funcionamento na vila de Torre de Dona Chama.

3.1.5. Implementação do sistema de Contabilidade Analítica

- Objetivo: Planeamento e controlo da atividade autárquica e redução de custos.

O processo de implementação da contabilidade de custos foi iniciado no ano de 2014 e constitui um processo complexo porque abrange todos os serviços e atividades municipais, que têm de uma forma geral contribuído para uma evolução positiva. Estabilizada a fase de registo de todos os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, inicializar-se-á a fase de avaliação de resultados, realçando-se que no final do exercício de 2015 o volume de custos indiretos diminuiu

comparativamente ao ano de implementação. A análise dos custos inerentes às atividades de 2016 é remetida para o relatório que vai integrar a Prestação de Contas de 2016.

3.1.6. Implementação de um Orçamento de base zero, caso se encontrem reunidas as condições mínimas necessárias à sua implementação.

- Objetivo: Elaboração do Orçamento Municipal para 2013 obedecendo ao processo de orçamentação de base zero.

Esta medida não foi ainda implementada por não se encontrarem reunidas as condições necessárias.

3.1.7. Implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão ocorrer para o financiamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização.

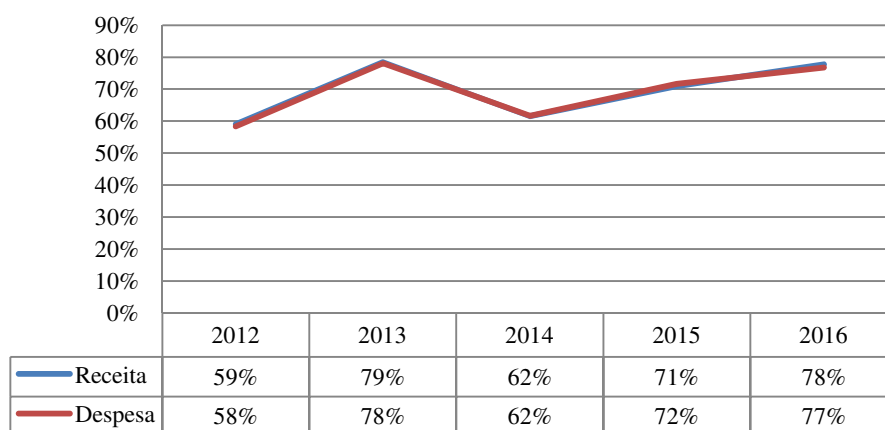
Objetivo: Aproximar o grau de execução do orçamento da receita e da despesa, condicionando a execução da despesa ao orçamento da receita.

Esta medida surgiu da necessidade de limitar a dotação das rubricas de venda de imóveis, que permitia aumentar na mesma medida as dotações das rubricas do orçamento da despesa, originando orçamentos sobreavaliados. Neste âmbito importa referir que a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 2016, à semelhança dos Orçamentos do Estado de anos anteriores, determina que *os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais..., orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração*. Esta obrigação legal, veio reforçar a implementação da presente medida, no que concerne à receita da venda de imóveis.

A tabela seguinte ilustra a evolução das taxas de execução orçamental, verificando-se que em 2016 o Município alcançou uma execução de 78% para o orçamento da receita e de 77% para o orçamento da despesa, valores apenas alcançados no ano de 2013, evidenciando-se que nesse ano foi contratualizado o empréstimo de saneamento financeiro no montante de 7.600.000 € o que

permitiu um bom nível de execução orçamental, tendo-se verificado o mesmo em 2015 com a contratação de um empréstimo de curto prazo (3.000.000 €). Comparativamente a 2012, a execução orçamental de 2016 representa um aumento de cerca de 20%, o que retrata o bom desempenho da Autarquia neste exercício económico, ressalvando-se que, ao contrário de outros anos em que foram alcançadas as melhores taxas, em 2016 não houve arrecadação de receitas por via de contratos de empréstimo.

Evolução da Execução Orçamental



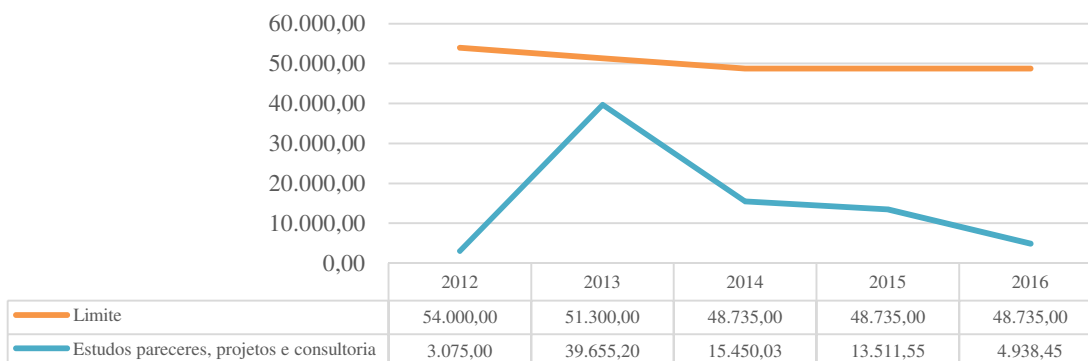
3.2. Economia, redução da despesa

3.2.1. Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de limites para as despesas em *outsourcing*, com projetos, estudos, pareceres e consultoria.

Objetivo: Promover e rentabilizar os recursos internos disponíveis, reduzindo a dependência de entidades terceiras. Limite para 2016: 48.735 €.

O custo do Município com honorários de estudos, projetos e consultoria no exercício de 2016 foi de 4.938,45 €, embora a despesa paga tenha sido de 8.050,35 € é de ressaltar que foram efetuados pagamentos de faturas relativas a custos de 2015. Conforme se pode verificar pela tabela seguinte, os encargos com este tipo de honorários têm vindo a diminuir, verificando-se uma considerável poupança relativamente ao limite imposto no PSF.

Evolução das Despesas com Estudos Pareceres, Projetos e Consultoria



3.2.2. Redução e racionalização de despesas de funcionamento, através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes.

Objetivo: Identificar os bens e serviços passíveis de agregação e propor à AMTQT e à CIM-TTM a concretização dos procedimentos concursais.

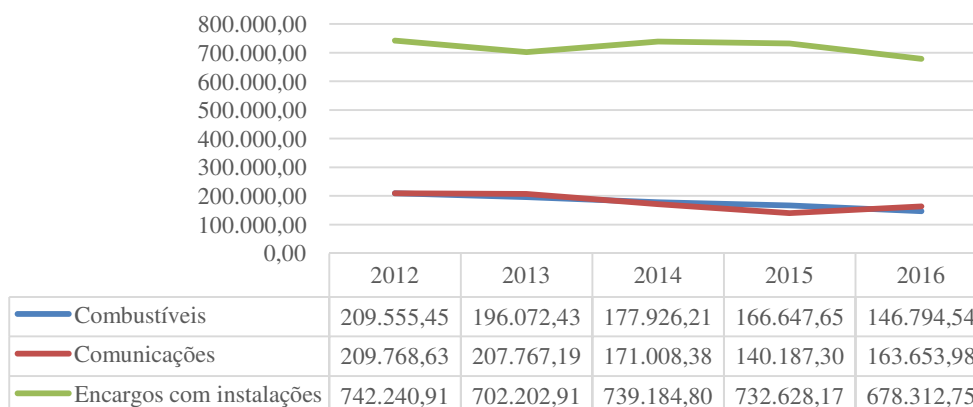
Conforme já referido no relatório anterior, no que respeita a esta medida foi promovido pela AMTQT um Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em MT, BTE e BTN (onde se inclui a Iluminação Pública) de que resulta uma substancial redução de meios e custos. Foi também promovido um procedimento de concurso de contratação conjunta das aplicações e servidores informáticos reduzindo os valores contratualizados de forma individual pelas autarquias e diminuindo o encargo bruto por número de utilizador registado, tendo ainda sido contratado o desenvolvimento das plataformas de acesso aos portais de internet dos cinco municípios da Terra Quente Transmontana, bem como uma aplicação de registo de ocorrências para plataformas móveis - MirandelaATENTA.

3.2.3. Redução e racionalização de auto-consumos municipais.

Objetivo: Redução de 10% da despesa com comunicações fixas e móveis, combustível, gás e energia elétrica (com referência a 2012).

Conforme referido no último relatório de acompanhamento do PSF, este constitui um grupo de despesas onde se torna vez mais difícil reduzir, pois ao longo dos últimos anos o Município tem vindo a negociar com as diferentes empresas de forma a conseguir obter o menor custo unitário, bem como a implementar equipamentos que permitam a racionalização do consumo. No entanto, o gráfico seguinte demonstra que neste exercício económico, o custo associado aos combustíveis e aos encargos com instalações diminuiu, o mesmo não se verificou nas comunicações. No computo geral a redução operada foi superior a 50.000 € relativamente ao exercício anterior mas, comparativamente ao ano de 2012, a poupança foi de 172.804 €, sendo que os encargos com eletricidade e gás reduziram 63.928 €, os combustíveis 62.761 € e os encargos com comunicações 46.115 €, representando um decréscimo de 15% com referência a 2012, ou seja, uma diminuição que ultrapassa o objetivo estipulado no PSF.

Evolução dos Auto-consumos



3.2.4. Implementação do Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública.

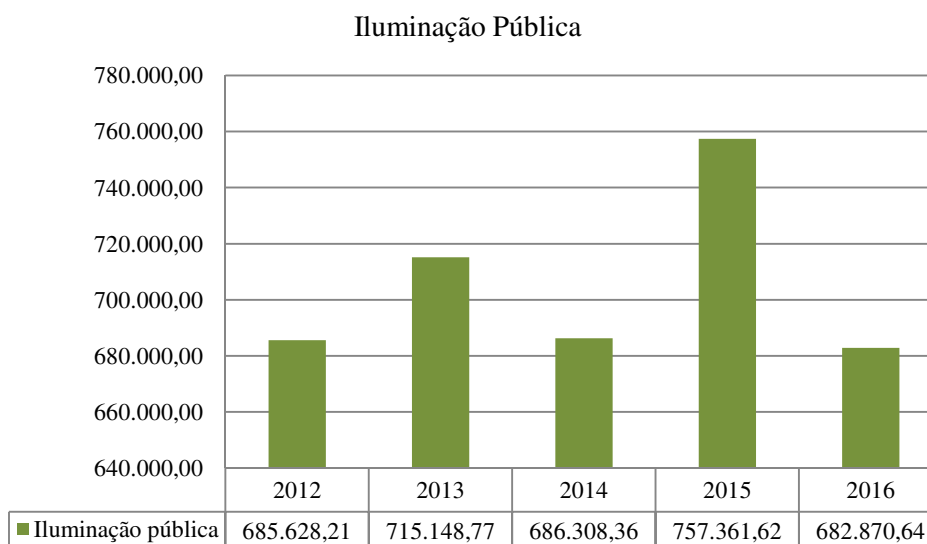
Objetivo: Redução da despesa com iluminação pública, com limite para 2016 de 710.220 €.

De acordo com a informação prestada nos relatórios anteriores, o Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública referenciado nesta Medida, foi implementado em janeiro de 2014 e, apesar dos vários condicionalismos que a transição para o mercado liberalizado originou, tais como o aumento das tarifas, o pagamento de uma tarifa suplementar de acesso às redes e o

aumento do número de instalações, os montantes pagos em iluminação pública têm vindo a diminuir.

Observando os montantes executados, verifica-se que a despesa com iluminação pública em 2016 foi inferior ao valor despendido no ano anterior em cerca de 74.500 €, aliás já se conjecturava essa situação aquando da análise reportada ao primeiro semestre de 2016. O valor alcançado no período em análise foi o mais baixo desde 2012.

Relativamente ao limite previsto no PSF para este exercício, verifica-se uma margem superior a 27.000 €.



3.2.4. Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros até ao ano de 2017, mantendo-se congelados a partir de 2018.

Objetivo: O valor limite de transferências e subsídios para o ano 2016 foi fixado em 2.361.227 €.

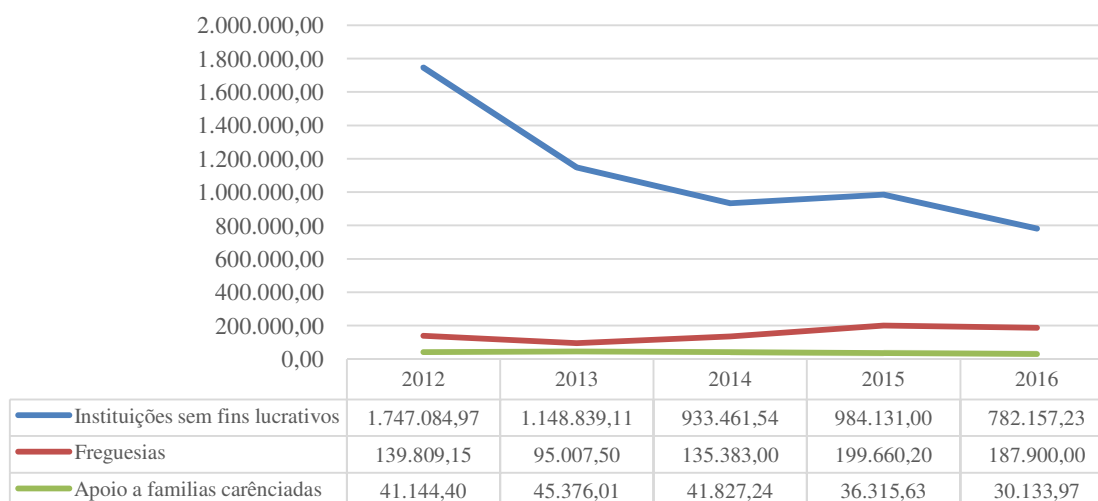
No que respeita a esta matéria, de referir que os apoios financeiros atribuídos diminuíram cerca de 219.900 € comparativamente a igual período do ano anterior. Verificando-se que as transferências para as diversas instituições sem fins lucrativos foram as que maior queda sofreram (201.974 €), neste grupo de transferências incluem-se os apoios concedidos no âmbito da atividade do Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor (13.700 €), que neste caso aumentaram relativamente ao ano de 2015.

Salienta-se que para além dos valores apresentados no gráfico seguinte, foram ainda efetuadas transferências para a AMTQT (749.824 €) e para a AIN (120.000 €).

Pela análise do gráfico conclui-se ainda que as transferências efetuadas no exercício económico em análise sofreram uma acentuada queda relativamente ao ano de 2012 (927.847 €), representando cerca de metade dos apoios atribuídos nesse ano.

Considerando ainda o limite fixado no PSF para o ano de 2016 (2.361.227 €), constata-se uma poupança de 1.361.034 €.

Evolução das Transferências para Terceiros



3.2.6. Otimização do desempenho da frota e da função transportes no Município, através da otimização dos recursos, racionalização de custos de manutenção preventiva e corretiva.

Objetivo: Implementação de uma política de execução e manutenção preventiva e corretiva (sempre que possível) por administração direta. Substituição de veículos antigos e obsoletos e centralização do acesso às viaturas, criando uma dinâmica de eficiência e rentabilidade.

Relativamente a esta Medida e como mencionado nos relatórios anteriores, o problema reside na idade média dos veículos municipais, tornando-se imperativo a sua gradual substituição. Nesse sentido, foram adquiridos durante o ano de 2016 quatro automóveis com um custo total de cerca de 67.300 €.

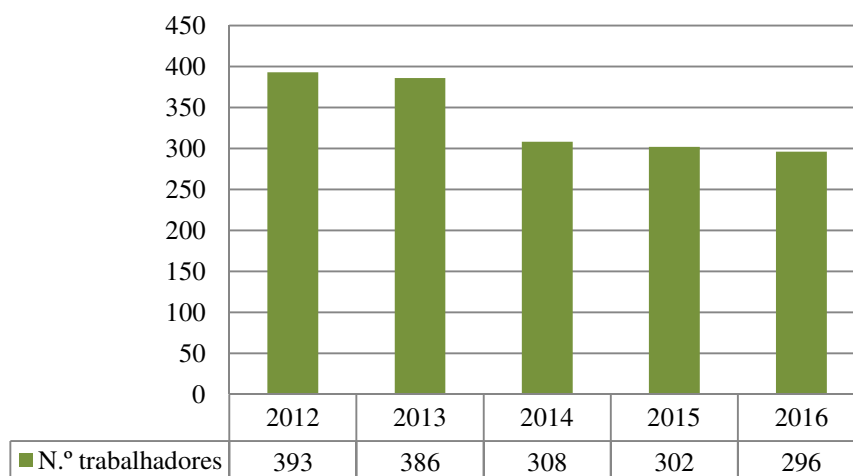
No que concerne à manutenção das viaturas, o Município dispõe de uma aplicação informática para efetuar o controlo de todos os custos associados a cada viatura, nomeadamente, as manutenções. De acordo com esses registos, durante o ano de 2016 a manutenção do parque automóvel ascendeu a 177.727 € dos quais 47.025 € correspondem a intervenções externas, representando um volume de apenas 26%.

3.2.7. Redução do número de trabalhadores no Município, através da não entrada de novos colaboradores para compensar as saídas por aposentação ou outra forma de desvinculação.

Objetivo: Uma admissão por cada três saídas, com um número máximo de trabalhadores para 2016 de 455 e uma poupança anual de 112.700 €.

O número de trabalhadores ao serviço do Município no final de 2016 era de 296, ou seja, um número manifestamente inferior ao projetado no PSF.

Evolução do Número de Trabalhadores



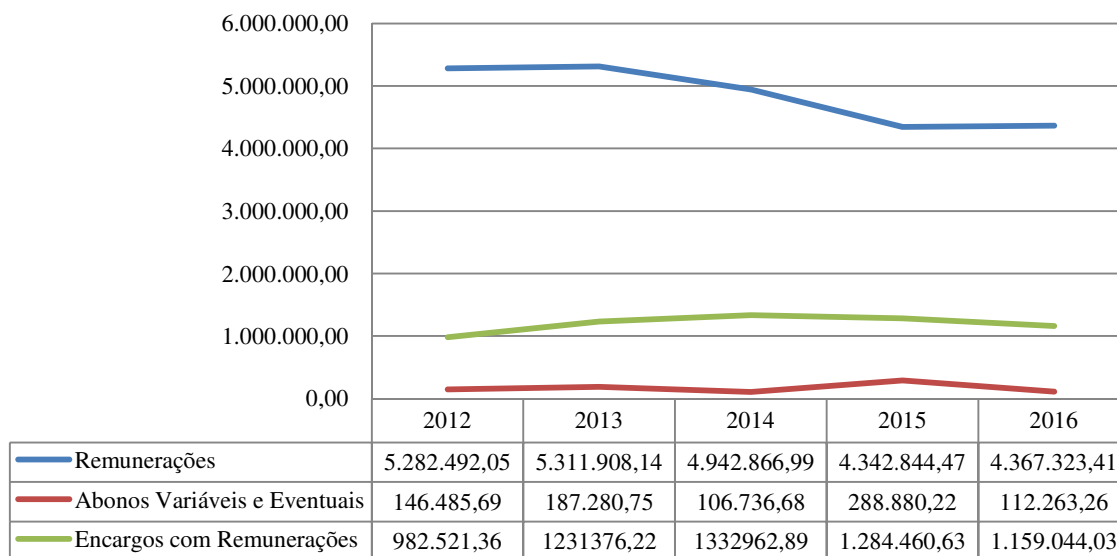
O gráfico apresentado demonstra a redução de pessoal ao serviço operada desde o ano de 2012, representando uma diminuição total de 97 trabalhadores. Relativamente ao exercício antecedente registaram-se sete desvinculações, das quais três ocorreram por motivo de aposentação, duas por mobilidade, uma por falecimento e uma por licença sem remuneração. Em contrapartida, verificou-se o regresso de um trabalhador por término de licença sem remuneração, resultando assim numa diminuição total de seis trabalhadores comparativamente a 2015.

As reduções referidas originaram uma poupança acumulada desde 2012 de 772.868 €. Relativamente ao ano de 2015, a despesa com remunerações aumentou 24.479 €, em resultado da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro que determinou a eliminação progressiva ao longo do ano de 2016 da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, bem como da atualização do salário mínimo nacional.

Os abonos variáveis e eventuais registaram uma forte diminuição relativamente ao ano de 2015, sendo que esse foi o exercício em que esta despesa foi a mais elevada devido essencialmente ao mecanismo das rescisões por mútuo acordo introduzido excecionalmente nesse ano, do qual resultou o pagamento de indemnizações a dois trabalhadores que solicitaram a sua desvinculação definitiva.

No cômputo geral as despesas com pessoal diminuíram 277.555 € quando comparadas com o exercício anterior, superando a poupança prevista no PSF (112.700 €).

Evolução das Despesas com Pessoal



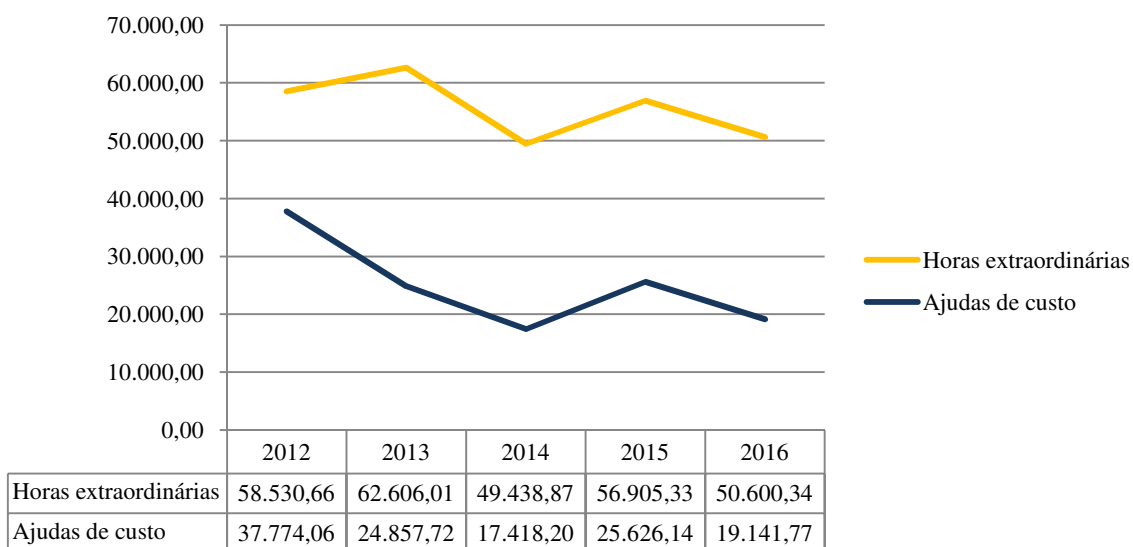
3.2.8. Redução do nível de despesa nas rubricas de horas extraordinárias e ajudas de custo em 5% em 2011 e 2,5% nos anos seguintes.

Objetivo: Despesa com horas extraordinárias inferior a 34.179 € e despesa com ajudas de custo inferior a 34.961 €.

Conforme tem sido referido nos sucessivos relatórios de acompanhamento do PSF, o custo com horas extraordinárias tem-se fixado anualmente acima dos valores previstos no referido documento, esta situação resulta da gradual redução do número de trabalhadores anteriormente referida, no entanto, de acordo com os valores apresentados na Medida anterior, os custos totais com pessoal tem vindo a diminuir.

A despesa total com ajudas de custo foi de 19.142 €, da qual 9.087 € correspondem a ajudas pagas aos membros da Assembleia Municipal. Efetuando a comparação com igual período do ano anterior e analisando pelos diferentes Órgãos, a despesa com ajudas de custo relativas aos trabalhadores da Câmara Municipal teve um aumento de 1.077 €, enquanto que as relativas aos membros do Órgão Deliberativo diminuíram 7.562 €.

Horas Extraordinárias e Ajudas de Custo



3.3. Aumento da Receita

3.3.1. Elaboração de um plano de rentabilização do património municipal.

Objetivo: Alienação de imobilizados no montante de 515.000 €.

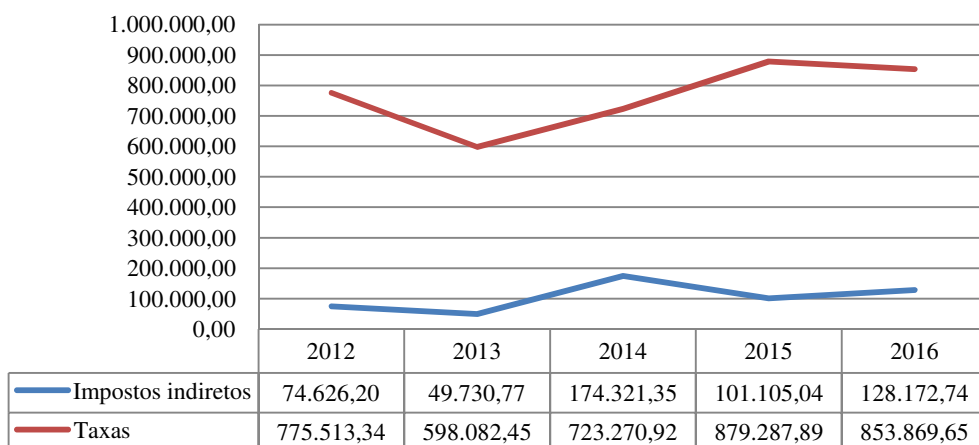
Medida não implementada.

3.3.2. Aumento na eficiência e eficácia da liquidação e cobrança de receitas.

Objetivo: O limite mínimo de receitas a cobrar de imposto indiretos e taxas é de 98.175 € e de 493.185 €, respetivamente.

Estas receitas constituem uma parte das receitas próprias da Autarquia mantendo-se quase inalteráveis relativamente ao ano de 2015. No que respeita às taxas municipais, a que assume maior relevo é a taxa de saneamento (598.138 €), seguida da taxa de loteamentos e obras (118.096 €), no entanto esta tem vindo a diminuir, fruto da conjuntura económica dos últimos anos que afetou o mercado imobiliário.

Impostos Indiretos e Taxas



O gráfico demonstra que os impostos indiretos e as taxas municipais têm vindo a aumentar durante a vigência do PSF, ultrapassando os valores nele previstos para o exercício de 2016.

3.3.3. Revisão das taxas municipais suportada em fundamentação económica e financeira aproximando-as progressivamente do custo da atividade pública local.

Objetivo: Revisão da Tabela de Taxas e adaptação da mesma às alterações legislativas.

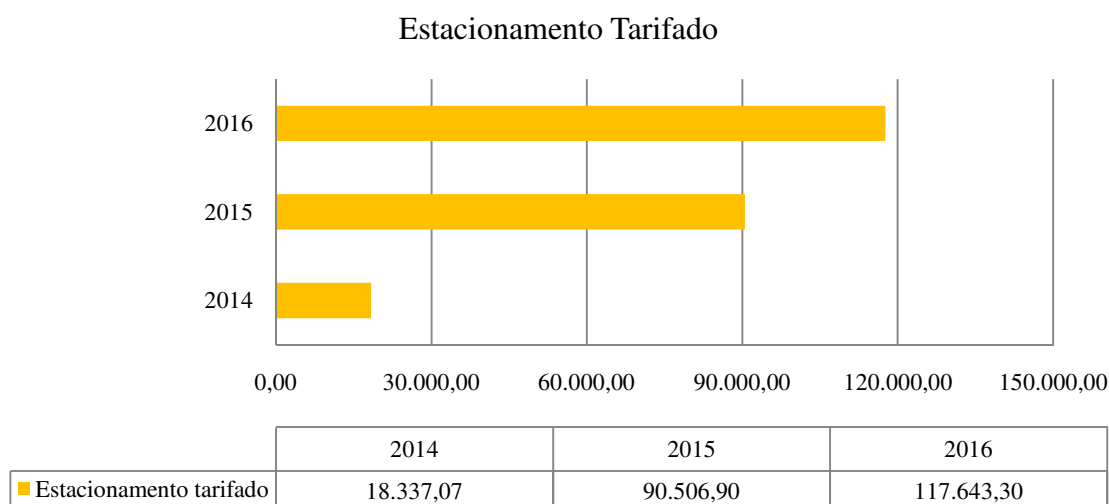
No início do ano de 2014, procedeu-se a uma profunda alteração da Tabela de Taxas do Município, adaptando-a ao paradigma do Licenciamento Zero. No entanto e porque atualmente as alterações legislativas são constantes, foi constituída uma Comissão de Taxas que tem a

missão de recolher as sugestões de todos os serviços intervenientes para elaboração de uma proposta a apresentar anualmente, aquando da aprovação do Orçamento Municipal.

3.3.4. Implementação do regulamento do estacionamento tarifado de curta duração.

Objetivo: Implementação do estacionamento tarifado prevendo-se um volume de receitas para 2016 de 144.768 €.

Desde a implementação do estacionamento tarifado no ano de 2014 que esta receita tem vindo a aumentar, em resultado do alargamento das zonas tarifadas bem como da consciencialização das populações para esta prática. No entanto, os valores alcançados em 2016 não atingiram ainda os montantes previsto do PSF.



3.3.5. Liquidação retroativa (2007 a 2011) das taxas devidas pela ocupação de subsolo de domínio público e liquidação recorrente a partir do exercício de 2012 e seguintes.

Objetivo: Proceder à liquidação retroativa de 750.00 € em 2011, liquidando 500.000 € anualmente entre 2012 e 2023.

Relativamente a esta medida e no seguimento da liquidação retroativa da taxa de ocupação do solo e subsolo, algumas entidades intentaram contra o Município processos judiciais no sentido de não pagarem os montantes que lhes tinham sido imputados, sendo que durante o ano de 2016 o Tribunal proferiu algumas sentenças favoráveis a essas entidades, obrigando a Autarquia a anular essas liquidações.

3.3.6. Reestruturação da matriz tributária.

Objetivo: Plano de revisão da matriz tributária.

Conforme já mencionado no último relatório, esta medida previa a inclusão de novos tributos, nomeadamente o lançamento da Derrama, bem como a revisão dos impostos e taxas em vigor. No que respeita à Derrama, decidiu o Executivo Municipal não onerar as empresas locais já penalizadas com a interioridade. A revisão da matriz foi objeto de análise noutras medidas como a medida respeitante à revisão da Tabela de Taxas e a medida relativa às taxas de IMI.

3.3.7. Fixação das taxas do IMI para 2011 em 0,3% para prédios urbanos já avaliados nos termos do Código do IMI e em 0,6 % para os restantes prédios urbanos. Manutenção da taxa de 0,8 % para os prédios rústicos.

Objetivo: A receita estimada para o ano de 2016 foi de 1.592.890 €.

O Orçamento do Estado para 2016 veio introduzir uma alteração ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI, que determina que *ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis os prédios rústicos e o prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, desde que o rendimento bruto total do agregado familiar não seja superior a 2,3 vezes o valor anual do IAS e o valor patrimonial tributário global da totalidade dos prédios rústicos e urbanos pertencentes ao agregado familiar não exceda 10 vezes o valor anual do IAS*. Neste concelho existem muitos prédios urbanos pertencentes a cidadãos emigrados que não possuem rendimentos no território português e que por esse motivo, desde que os bens tenham valor

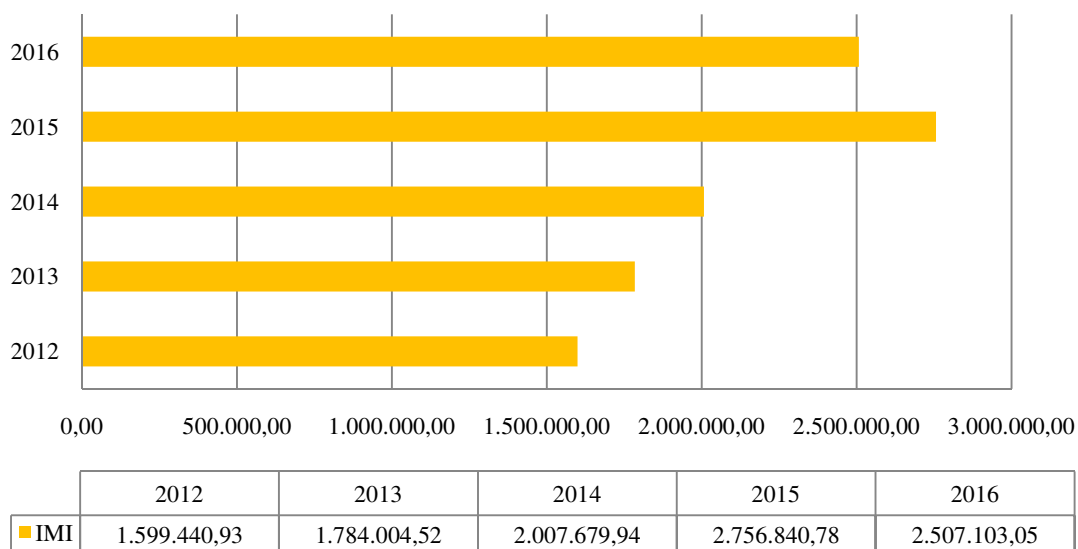
patrimonial abaixo do limite estipulado, estão a beneficiar desta isenção automática o que originou um decréscimo de quase 250.000 € desta receita.

Salienta-se que para este decréscimo contribuiu ainda a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no n.º 13 do artigo 112.º do CIMI, designadamente com uma redução de 10% para as famílias com um dependente, de 15% para as famílias com dois dependentes e de 20% para as famílias com três ou mais dependentes.

O gráfico seguinte ilustra a evolução que a receita proveniente deste imposto teve nos últimos anos, verificando-se que, à exceção do exercício de 2016, pelos motivos referidos, apresenta uma trajetória favorável, sendo que comparativamente ao ano de 2012 aumentou cerca de 908.000 €.

Quanto ao montante previsto no PSF para o ano em análise, constata-se que, apesar dos condicionalismos enunciados, foi ultrapassado em mais de 900.000 €.

Evolução da Receita de IMI

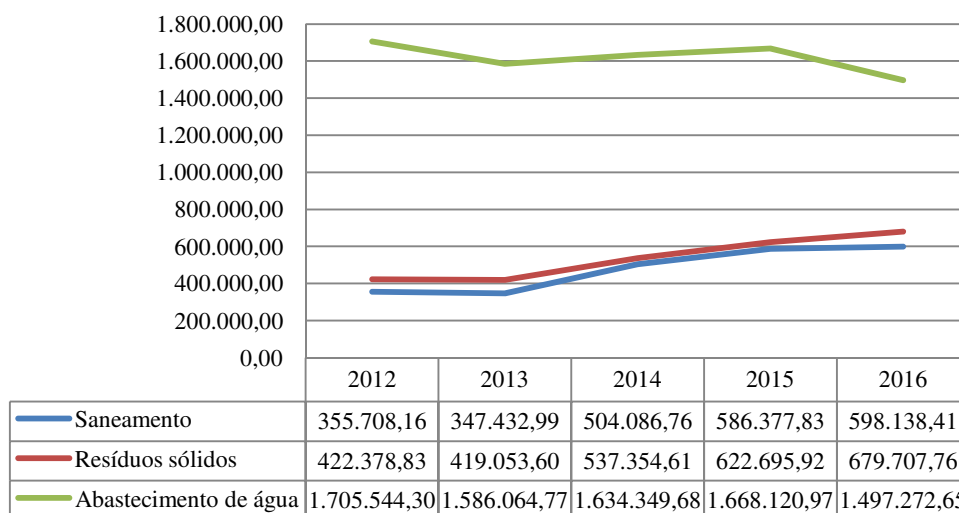


3.3.8. Revisão dos preços municipais (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-os progressivamente do preço de sustentabilidade.

Objetivo: Revisão dos preços dos serviços identificados permitindo arrecadar o montante de 2.445.912 € em abastecimento de água, 1.394.615,31 € de saneamento de águas residuais e 694.589,88 € de resíduos sólidos urbanos.

No que respeita a esta Medida, importa referir que devido a problemas verificados com o processamento da faturação respeitante ao mês de novembro, a receita arrecadada no ano de 2016 reporta a um período temporal inferior ao verificado nos restantes exercícios em análise, pois a maior parte da receita respeitante a esse mês foi recebida em janeiro de 2017, pelo que a comparação dos valores não traduz com exatidão a realidade pois, pela análise do gráfico seguinte, que retrata os valores executados por ano económico, verifica-se que a receita com a venda de água diminuiu relativamente ao ano anterior, sendo que na realidade houve um desfasamento temporal relativo à arrecadação da mesma.

Água, Saneamento e Resíduos



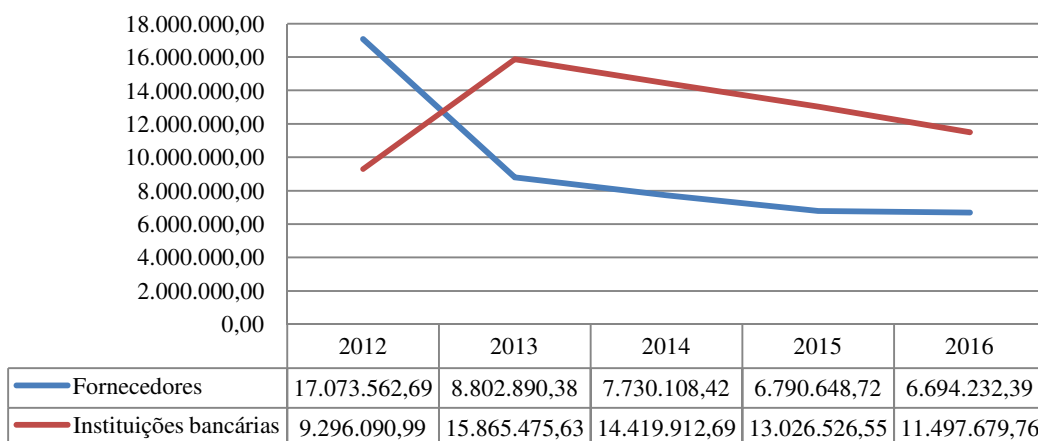
5. Endividamento

O gráfico que a seguir se apresenta demonstra a evolução da dívida a fornecedores e instituições bancárias desde o ano de 2012, reiterando-se que, nesta análise apenas foi considerada a dívida a fornecedores e entidades bancárias, pois constitui o grosso da dívida da Autarquia, remetendo-se a análise da dívida total para o relatório que integra a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2016, pelos motivos já enunciados.

O empréstimo para saneamento financeiro foi contratualizado no ano de 2013, facto que originou a passagem da dívida de fornecedores para instituições bancárias e, não uma redução significativa da dívida em termos globais. A partir desse ano, o Município desenvolveu elevados esforços no sentido de reduzir todas as suas obrigações para com terceiros, verificando-se que comparativamente a 2012, alcançou uma redução de 8.177.742 €.

Comparativamente a 2015, a dívida a fornecedores decresceu 96.416 €, salientando-se que no final de 2016 o Município procedeu à aquisição do edifício do Instituto Piaget pelo montante de 1.373.180 €, o que resultou num aumento da dívida de 1.173.180 €, uma vez que a primeira prestação no valor de 200.000 € foi paga antes do final do exercício.

Evolução da Dívida a Fornecedores e Banca



Conclusão

Decorridos quatro anos da implementação do PSF com as consequentes restrições que lhe estão adjacentes essencialmente ao nível da despesa, verifica-se que a trajetória seguida pelo Município tem sido positiva, o que facilmente se comprova pela acentuada redução ao nível do endividamento. Apesar de neste horizonte temporal existirem ainda medidas que não foram implementadas e para as quais não se prevê qualquer exequibilidade, o rigor imposto em toda a gestão municipal tem conduzido à sustentabilidade económico-financeira traçada como grande objetivo do PSF.